

A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea. *The Portuguese Community in Venezuela. A chronological study of its contemporary presence.*

António de Abreu Xavier *

Resumo A historiografia venezuelana refere como imigração as eventuais comunidades estrangeiras estabelecidas no século XIX e aquelas que chegaram depois da segunda metade do século XX. Este estudo de caso evita uma apresentação desta história de forma saltada, apresentando antes uma cronologia desde a primeira lei de imigração de 1831 até à actualidade. Ela mostra os altos e baixos do processo a partir de três elementos: da condição jurídica do estrangeiro perante a lei de imigração, do número de chegadas e da distribuição geo-espaial.

Palavras-chave Cronologia, Imigração, Portugueses, Reemigração, Venezuela

Abstract The Venezuelan historiography refers immigration as the foreign communities established in the XIX century and after the second half of the XX century. This study of case avoids these historical jumps and describes a chronology from the first law in 1831 to the present time. It shows the ups-and-downs of the process from three elements: the legal condition of the foreigner before the immigration's law, the amount of arrivals and the distribution geo-spatial.

Keywords Chronology, Immigration, Portuguese, Remigration, Venezuela

Resumen Al hablar de inmigración en Venezuela, la historiografía refiere las eventuales comunidades foráneas establecidas en el siglo XIX y las llegadas después de la segunda mitad del siglo XX. Este estudio de caso evita esta historia a saltos y describe una cronología planteada en la larga duración de las leyes de inmigración, es decir: desde 1831, año de la primera normativa, hasta la actualidad; y muestra los altos y bajos del proceso a partir de tres elementos: la condición jurídica del extranjero ante la ley de inmigración, la cantidad de arribos y la distribución geo-espaial.

Palabras claves Cronología, Inmigración, Portugueses, Reemigración, Venezuela

* Historiador e Investigador de Universidade Central de Venezuela e Universidade de Évora / Historian and researcher at the Central University of Venezuela and University of Evora (aindax@gmail.com)

■ A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea

António de Abreu Xavier

Introdução

A historiografia venezuelana tem estabelecido uma cronologia generalizada para o processo da imigração. Salvo algumas excepções,¹ a maior parte dos estudos apreSENTAM um quadro temporal limitado ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias sem analisar as causas do fracasso da imigração durante quase cem anos, ou seja, desde que as primeiras leis foram promulgadas no início do século XIX, quando se formou a República, e até ao primeiro terço do século XX, período em que as políticas oficiais e as suas realizações concretas registam uma maior coerência. No caso da comunidade portuguesa, é possível definir uma cronologia para estes dois séculos, que compreende quatro períodos diferentes em termos da condição jurídica da estadia, do número de imigrantes e da residência.

1.º Período: Disperso num vasto território

O período inicial estende-se desde a primeira lei de imigração de 1831 até ao ano de 1935. Durante este período Portugal encontra-se presente nas actividades de comerciantes e estrangeiros residentes que motivaram a criação de representações consulares na Venezuela. O primeiro intercâmbio de cônsules ocorreu em 1856 com as designações de José Luis Pereira Crespo, no consulado da Venezuela em Lisboa, e de Eugenio Thirion, cônsul do Reino, em Ciudad Bolívar. Pereira Crespo recebeu indicações precisas quanto aos objectivos primordiais: fomentar o comércio crioulo e “dirigir para a Venezuela, correntes de imigração”, utilizando “os meios mais eficazes a fim de alcançar tal necessidade urgente” e a certificação antecipada de que os emigrantes fossem “adequados para o trabalho do campo, trabalho das artes e ofícios, serviço doméstico, além de saudáveis, robustos e com bons costumes”.²

Em 1889, António Ferreira de Serpa, cônsul da Venezuela em Lisboa, tendo por base o cumprimento daqueles requisitos, acrescenta que os portugueses “são sóbrios e pacíficos, obedientes às leis, laboriosos, e excelentes operários agrícolas”. Refere que o comércio entre os dois países era grande, tendo em conta a saída de mercadorias lusitanas e os barcos que passavam pela Madeira, com destino à Venezuela. Por outro lado, exprime a necessidade de promover os produtos crioulos em Lisboa já que lhe parecia “um excelente meio para atrair os emigrantes portugueses à Venezuela”. No segundo semestre de 1893, são assinados em Caracas dois contratos de migração entre o *Ministerio de Fomento* e o empresário José Boccardo. Os dois contratos referiam a intenção de levar imigrantes europeus, alguns provenientes dos Açores; estes contratos não foram contudo cumpridos e, em 1897, ante o fracasso para atrair imigração, a Venezuela optou por fechar as agências que tinha criado em Espanha, da qual dependia Portugal e Itália.³

O interesse comercial ia contudo aumentando. As missões venezuelanas tentavam a exportação ao mercado português, de cacau, carne, couro, linhas, lã, madeiras, tintas, etc. No entanto, a Venezuela mostrava-se mais interessada em importar. Antes de 1896, por exemplo, o Reino já enviava carregamentos de cebola, frutas e hortaliças da Madeira para os portos venezuelanos. Mais tarde, exportou também vinho, batata e artigos em verga. No final de 1910, chegaram a Puerto Cabello 50 caixas de sardinhas em azeite, enlatadas em Setúbal, enviadas pela empresa Viúva Macieira e Filhos e dadas em consignação à empresa F. A. Benítez. Na década seguinte chegaram a Caracas mais produtos da Madeira (aguardente, açúcar, barris, pipas, bordados, vinhos, frutas em calda, fornos de cal, manteiga, mobiliário em verga, enchidos de animais de caça, etc.) e do continente (azeite, cortiça, vinho do Porto, tecidos de linho, sapatos, sardinhas, conservas de peixe, etc.) produtos de venda fácil no mercado nacional.⁴

Os vinhos doces portugueses também eram muito procurados como comprovam, por um lado, o consignatário Rivas Fensohn M. ao levar a Puerto Cabello 10 barris, de 32 litros cada, de vinho do Porto; e, por outro lado, as encomendas que chegaram à La Guaira no barco *Legazpi*, contendo 12 garrafas de vinho do Porto branco de 1834 e 12 de vinho da Madeira seco 1821.⁵ Em 1916, Simón Planas Suárez, primeiro-ministro plenipotenciário da Venezuela em Portugal, confirmou que no país “têm grande consumo os vinhos tintos de mesa, os vinhos generosos, os brancos e os chamados vinhos do Porto e da Madeira”.⁶

Em 1919, Portugal insistia na emigração mediante Joaquim Travassos Valdês, ministro plenipotenciário em Caracas, quem se reuniu com o ministro de Fomento, encarregado de promover a imigração, e de quem só obteve uma cópia da Lei de imigração e colonização de 1918. A Venezuela não mostrava interesse real numa imigração oficialmente planificada. Durante todo o século (1830-1935), os ditadores crioulos mostraram-se circunspectos face à presença estrangeira. Ramón J. Velásquez dá uma das mais espectaculares descrições do “ditador avisado” ao caricaturar a idiosincrasia do camponês que o autocrata Juan Vicente Gómez (1908-1935) trazia dentro de si. O ditador dizia o seguinte: “Que venham os estrangeiros, mas pouco a pouco, um a um, para que os possamos controlar. Eu gosto dos insulares que sejam como nós, trabalhadores do campo e os (...) que tenham a nossa religião, que falem a nossa língua para que os possamos entender, porque os outros são protestantes e usam calção (...). Mas agora devemos ter mais cuidado com todos, porque essa coisa do comunismo é uma praga”.⁷

Estas frases mostram claramente o gosto do ditador “Benemérito” pelos camponeses, católicos, apolíticos, que falam espanhol e que são pacíficos. Do que foi dito podem-se extrair outras duas ideias: primeiro, a chegada espontânea de “estrangeiros” – que venham – e, segundo, a recusa em chamá-los “imigrantes”. Existe uma coerência entre estas inferências e as normas legais sobre migração até 1935: a função destas era controlar “as actividades de estrangeiros na Venezuela mais do que favorecer a imigração”⁸ e, como tal, os portugueses residentes no país eram só estrangeiros. O imigrante oficial enquanto indivíduo residente só existia na teoria.

Durante este período, os portugueses, além dos restantes estrangeiros, chegavam “um a um” ficando dispersos no território mas controlados por Caracas. Segundo Gustavo D’ Accoli, durante o século XIX, “a imigração foi quase nula, durante anos alcançava apenas uma média baixa” e as valores do *Instituto Técnico de Inmigración y Colonización* na sua Memória de 1940 indicaram que “até 1935, a imigração na Venezuela é insignificante tendo em conta o índice natural de aumento da população”.⁹

Outros índices confirmam esta observação. Segundo o “*Movimiento del exterior por nacionalidad durante el año 1912*”, este foi um ano positivo com um registo de 1.634 “imigrantes”, onde 6 saídas e 3 entradas eram de portugueses. Estes dados correspondem a comerciantes que exerciam a sua actividade entre os portos venezuelanos e as vizinhas Trinidad, Guiana e Curaçau. Esta constatação justifica o facto de que quase todos os portos venezuelanos com alguma importância apareçam representados por cônsules *ad honorem*: Cidade Bolívar desde 1856, Puerto Cabello desde 1866, Cumaná desde 1869, La Guaira que foi sede de um vice-consulado desde 1877 e Caracas que tinha cônsul desde 1880.¹⁰ Em 1893, o Ministério dos Negócios Estrangeiros pedia ao seu homólogo venezuelano autorização para nomear um novo cônsul. Este pedido tinha como base o argumento de que era necessário tomar conta dos interesses dos súbditos do Reino residentes no país. Podemos daí deduzir que, pelo seu carácter económico, o movimento diplomático português obedecia a um interesse comercial do Estado.

Nos inícios do século XX, comerciantes estrangeiros, entre eles portugueses, continuavam a chegar. Em Março de 1913, chegam a Maracaibo, no barco “*Progreso*”, Carlos da Costa Gomes e Francisco Santos, vindos do porto fluvial de Encontrados, um ponto intermédio no trânsito de alimentos entre os vales de Cúcuta, o sul dos Andes venezuelanos e o porto de Maracaibo, no qual Portugal teria nomeado um cônsul em 1926. Costa Gomes continuava viagem no dia seguinte para Curaçau e Francisco Santos deveria aguardar barco para seguir para La Guaira.¹¹

Os negócios que se faziam nesta ilha holandesa eram considerados prósperos para a época. O ministro holandês Artillac de Brill tinha consciência disso ao referir em 1924 que a ilha de Curaçau “é composta essencialmente por importantes comerciantes os quais, apesar dos seus apelidos portugueses, têm uma grande simpatia pelos Países Baixos. Eles constituem um grupo importante na vida social de Caracas. Caracas é a Meca dos habitantes de Curaçau. Nesta cidade mantêm não somente relações comerciais mas também relações de família; é o lugar que escolheram para passar férias e divertir-se”.¹²

Dos sítios mais escondidos do país chegavam notícias a Caracas da presença dos portugueses. No estado de Sucre, limítrofe com Trinidad estavam registados os seguintes: Juan Lambard, agricultor madeirense que se estabeleceu em 1888 em Rio del Medio tendo aí falecido em 1924; em Güiria dois portugueses: Miguel Fonseca, agricultor, que morreu aos 110 anos, “deixando bens e posteridade legítima” após ter vivido 60 anos no lugar, e Pedro Lopes que chegou com 8 anos e faleceu aos 70 anos, deixando uma herdade com 2.000 árvores de cacau. Em 1931, no estado de Bolívar,

foi registado o falecimento do viajante Bernardino Driz Driz que tinha entrado no país vindo da Guiana inglesa.

Em Tucupita, no delta do rio Orinoco, vivia desde 1887 Juan Pereira Cabral e a sua mulher Maria Josefa de Cabral, ambos agricultores madeirenses. Com a sua morte em 1933 e 1934, respectivamente, deixaram uma plantação com 20.000 árvores de cacau, quatro casas e um casario de 38 quartos. Desde 1927 morava em Valencia, região no centro-norte do país, o comerciante Ernesto Farache e a sua mulher Cármen e ainda em Casigua, Serafino Acosta que faleceu em 1931.

Em Caracas encontram-se os seguintes registos da presença portuguesa: o industrial José González que morreu em 1931 e Adelaida Pompilio de Baptista, natural de Georgetown mas naturalizada portuguesa, viúva de Juan Baptista e filha legítima de Querino Pompilio e Luisa González.¹³ Existem ainda provas da existência, até 1905, de José Gomes, um comerciante da freguesia de San José; do padeiro José dos Santos na mesma freguesia até 1907; de José Pariente residente em 1920 em Santa Teresa e ainda de Amália Garcia, viúva, oriunda de Pedraza em Portugal, e que viveu em Altagracia até 1925, ano em que faleceu com 75 anos.¹⁴

Assim, chegados individualmente e dispersos, estes cidadãos portugueses construíram o seu próprio lugar na Venezuela. A origem madeirense de muitos deles verificava-se também nas regiões vizinhas ao país. As entradas por Amacuro, Amazonas, Bolívar e Sucre podem-se associar particularmente às comunidades que se estabeleceram em Trinidad e na Guiana inglesa provenientes dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde.¹⁵ Existem ainda outros dados interessantes: a longa permanência no país, a idade avançada de muitas das pessoas referidas, o desempenho na actividade agrícola e comercial, a presença de famílias, a mobilidade espacial e a residência distante de Caracas.

2.º Período: “Imigrantes” com estatuto jurídico

Entre 1935 e 1949, deu-se a segunda caracterização da presença portuguesa na Venezuela. Este período inicia-se com um processo de abertura política e de modernização do país, dando lugar à criação do *Instituto Técnico de Inmigración y Colonización* (1937), organismo que se dedicou à questão da imigração, sob a responsabilidade oficial, até à sua dissolução em 1948, fomentando desta forma uma relação directa entre o Estado e o cidadão imigrante.

O ITIC interessou-se pelos “bons operários portugueses” que tinham trabalhado na refinaria de petróleo em Curaçau, inaugurada em 1918. Esta instalação teve muita importância para Portugal dado que a mesma tinha por objectivo impedir a formação de sindicatos na Venezuela. Isto contribuiu para a diminuição da crise que se fazia sentir em Portugal ao nível do trabalho, ao permitir que a Royal Dutch Shell contratasse e pagasse as deslocações de madeirenses para a ilha holandesa desde 1935.¹⁶

Outros dois factos revelam o começo deste período: o fim da instabilidade social causada pelas guerras civis e o “boom” do petróleo. Estes factos levaram o ITIC a pensar em dois tipos de cidadãos à Venezuela: os estrangeiros vindos de forma espontânea e o grupo de imigrantes seleccionados, controlados e contratados. A maior parte dos portugueses enquadrava-se no segundo grupo.

Em 1939, o ITIC trouxe um grupo de espanhóis e outro de portugueses (especialmente madeirenses e açorianos, todos eles agricultores). Os madeirenses foram contratados em Curaçau segundo uma resolução da Directiva tomada a 28 de Setembro desse ano. É aprovado também o projecto de trazer mais mil agricultores portugueses que se encontravam nessa ilha das Antilhas e que estavam desempregados. No dia 4 de Outubro de 1939, a imigração portuguesa começou a chegar à Venezuela de maneira oficial. Nesse ano chegaram sete grupos, num total de 137 indivíduos. No entanto, o número de chegadas não é significativo se compararmos com o projecto inicial. O mesmo aconteceu no ano de 1940 com a entrada de apenas 455 portugueses. Alguns deles vinham da Europa fazendo escala no Brasil onde outros 900 portugueses tentavam obter vistos de imigrantes.

Um grupo destes imigrantes foi colocado pelo Instituto em quintas particulares: na Ciudad Bolívar, em Maracaibo, em Coro, em Barquisimeto, em Cumaná, em La Victoria, em Rubio, em La Grita e em Caracas. Outros portugueses foram destacados, junto com outros imigrantes, para as colónias agrícolas do ITIC acabadas de formar: 7 deles foram enviados para a Colónia Mendoza, fundada a 15 de Outubro de 1938. Outros 55 estabeleceram-se em Guanare, uma colónia fundada a 18 de Dezembro de 1939. Uma família portuguesa ficou na Colónia Guayabita. Na Colónia Chirgua, inaugurada a 8 de Abril havia 4 famílias portuguesas. A oeste do país, a Colónia Los Montones iniciava-se com imigrantes provenientes de Portugal, da Rússia e da Jugoslávia. No extremo oposto, em Rubio, no estado de Táchira, instalaram-se inicialmente 13 famílias portuguesas.¹⁷

Estes colonos ganharam boa fama. Em primeiro lugar, porque a imigração portuguesa era, sem dúvida, “a mais económica” dado que o Instituto só tinha “necessidade de lhes dar alojamento e deslocação até ao local de trabalho; eles próprios tinham pago as suas passagens de Curaçau a La Guaira e muitos tinham poupado dinheiro dos trabalhos que tinham realizado em Curaçau”. Em segundo lugar, porque “os relatórios recebidos pelo Instituto referiam a boa fama que tinham estes imigrantes aos olhos dos Administradores das colónias e dos particulares que os tinham ao seu serviço” (ITIC, *Memoria 1939*: 15; *Memoria 1940*: 179).

O insuficiente alojamento fornecido pelo Instituto levou à dispersão dos imigrantes, os quais se foram alojando em pensões em Caracas. Esta permanência facilitou a livre circulação pela capital e a observação do dinamismo de comércio local. Os estrangeiros espontâneos, que não beneficiavam da ajuda do ITIC, procuraram rapidamente trabalho à volta da cidade, para não se “descapitalizarem”, e abandonaram assim a ideia de permanecer no interior do país já que tornar-se proprietário da terra era difícil, mesmo até para os colonos portugueses: dos 137 imigrantes portugueses que tinham chegado em 1939, somente um aparece referido nos registos de terras da

Memoria do ITIC de 1940. As obrigações do ITIC para com os seus imigrantes foram abrando e os dirigentes contentavam-se em ver chegar as correntes espontâneas de estrangeiros, atraídos pela pujança do petróleo”.¹⁸

Para o Instituto, a melhor “qualidade” do imigrante português era o trabalho e a obra que realizou. O ITIC via nele um agricultor com conhecimento sobre: os cultivos necessários ao país (banana, batatas, cereais, vinha, frutas, hortaliças e alguns legumes); a criação de gado; o fabrico de produtos derivados (manteiga, queijo, vinho, conservas, etc.); e de ofícios artesanais (trabalhadores das serrações e madeiros, curtidores de peles, marceneiros, etc.). O ITIC “apostou” nos portugueses trazidos de Curaçau, muitos deles “da Madeira e dos Açores, que gozam de uma merecida fama no mundo pela activa exploração agrícola, tal como a realizam os seus conterrâneos”. Esta fama mantinha-se na Venezuela: “assim foram, realmente, os trazidos até agora pelo Instituto”, dizia a *Memoria* de 1940.

Esta fama traduziu-se numa melhoria do nível socioeconómico dos portugueses e possibilitou que o imigrante mandasse vir a sua família, à sua custa e risco.¹⁹ No entanto, a melhoria não pode ser generalizada a todos os casos e menos a todos os portugueses estrangeiros. Este segundo período, composto então por grupos de imigrantes oficiais, começou a diminuir em 1945, quando as mudanças políticas trouxeram modificações no ITIC e na coordenação do projecto de imigração. A imigração selectiva terminou com o Decreto nº 173 de 28 de Junho de 1949 o qual substituiu o ITIC pelo *Instituto Agrario Nacional*.

3.º Período: Portas abertas

Marcos Pérez Jiménez chegou ao poder em 1948, trazendo consigo ideias “desenvolvimentistas”, com a consequente necessidade de mão-de-obra externa. Neste terceiro período, que termina com a desvalorização da moeda nacional em 1983, o estatuto de estrangeiro é referido novamente nas entradas, as quais adquiriram múltiplas características. O governo aplicou uma política de “portas abertas” com base em decretos e circulares emitidos em 1954 e 1955. A década de 50 significa assim a entrada de qualquer estrangeiro “transeunte” com menos de 35 anos, com boa saúde e sem antecedentes penais. Na década seguinte, dá-se a abolição dos vistos de “imigrante” e o aumento de “turistas” acompanhando ou não familiares “residentes”.²⁰

Além destas características e estatutos oficiais, o período está marcado:

1) pelo reagrupamento familiar que, ao princípio, foi motivado pelo governo venezuelano para fixar e integrar o imigrante mas que, depois, foi incentivado pelo próprio indivíduo de forma a rodear-se dos familiares que dele dependiam. O processo inicia-se depois de 1945, com a chegada de mulheres casadas que respondiam à chamada dos imigrantes vindos de Curaçau, aumentando na década de 50. Até meados dos anos 60, os grupos familiares são maiores, tanto nas famílias nucleares como nas alargadas: a média de pessoas por grupo aumenta ligeiramente (3,2 pessoas por grupo em 1950 e 3,3 em 1952); acontecendo o mesmo com as mulheres acompanhadas de filhos

menores (7 mulheres em 1950 e 8 em 1952) ainda que diminua a média de crianças que tinham à sua responsabilidade (2,4 filhos por mulher em 1950 e 1,6 em 1952). Aumenta em cerca de 60% o número de pais que viajam acompanhados dos seus filhos. As famílias mais numerosas são provenientes da Madeira de acordo com as listas de passageiros entregues às autoridades portuárias pelas companhias de navegação. Assim, nos anos 1949-1950, de 695 pessoas que tinham embarcado no Funchal, 18 mulheres ir-se-iam juntar aos seus maridos e 43 menores aos seus respectivos pais. Deste total, 475 saíram com vistos de “residente”, o que significa que respondiam ao pedido de chamada de algum familiar imigrante já estabelecido e que tinha comprovado perante a lei, mediante a apresentação de certificados, a sua “boa” situação económica que lhe permitia sustentar-se, ou que possuíam uma carta de trabalho, uma carta de chamada, etc.²¹

2) pela regularidade da média das chegadas: entre os 3.500 e 3.650 indivíduos/ano.

3) pela instalação no centro urbano deteriorado e bairros populares periféricos de Caracas, para depois se verificar uma deslocação para cidades do interior onde se iam criando pólos industriais. Em Caracas, a rede de ajuda entre os portugueses emigrados favoreceu a dispersão espacial, evitando a formação de guetos. No princípio, a fixação do comércio e da residência deveu-se à necessidade de abastecimento dos bairros que cresciam à volta da cidade, segundo uma planificação oficial ou de forma incontrolada. Mais tarde, observaram-se alterações nos sectores urbanos de chegada. À medida que se dá esta deslocação espacial da actividade comercial, a zona de escolha do recém-chegado acaba por mudar: de facto, verifica-se que a partir de 1965 urbanizações de classe média e média alta passam a ser as áreas de primeira residência dos que desembarcam. Uma mudança de residência para o interior do país é também evidente: a análise da população portuguesa na Venezuela, de acordo com os censos e índice de residência por estados indica uma diminuição na concentração de portugueses no Distrito Federal: em 1950 – 70,2%, em 1961 – 55,8%, em 1971 – 52,1% e em 1980 – 40,6%.

4) pela evidente perda do equilíbrio entre as regiões de origem, no final dos anos 60 e princípio dos anos 70, quando os portugueses provenientes da Madeira mantêm a sua média anual de chegadas e passam a ser à volta dos 70% da comunidade na Venezuela. O número de indivíduos provenientes do Continente apresenta uma descida motivada pelos seguintes factores: diminuição da média anual de chegadas (consequência da migração das regiões do norte de Portugal para os países europeus); regresso a Portugal; “reemigração” da Venezuela e ainda os falecidos.

5) pelo movimento de venezuelanos (portugueses de segunda geração) entre ambos os países desde finais da década de 1950, cujo aumento obriga a modificar o sistema estatístico nos consulares crioulos em meados dos anos 60. A presença de luso-venezuelanos em Portugal deu origem a um aumento das emissões de vistos e passaportes nos consulados crioulos. No segundo semestre do ano 1965 eles significavam já 6% da actividade do Consulado no Funchal o qual, entre os meses de Agosto a Dezembro, emitiu 116 passaportes venezuelanos, novos e renovações, e deu o visto a 1.880 passaportes de estrangeiros.²²

6) pela quase total substituição da actividade agrária pelo comércio com predominância do sector de abastecimentos (mercados, talhos, padarias e restaurantes) ocupando mais de 50% do total dos estabelecimentos com proprietários portugueses, de acordo com a amostra de 1973.

7) pela presença de um número maior de indivíduos numa imigração chamada "massiva" tendo em conta a história imigratória do país: de 648 portugueses em 1950 para 93.029 em 1981.

Todos estes aspectos consolidam os portugueses como comunidade a partir de 1950. Eles tornaram-se mais visíveis ao constituírem a terceira comunidade europeia mais importante na Venezuela, antecedida dos espanhóis e italianos. Na área do comércio, as empresas dos portugueses formaram gerentes com grande importância nacional e internacional participando, ao nível dos cargos de direcção, em sindicatos profissionais como a *Asociación Nacional de Supermercados y Afines*, a *Cámara Ferretera Nacional*, a *Cámara de Transporte*, a *Cámara de Comercio de Caracas*, a *Federación de Cámaras*, a *Asociación Pro-Venezuela*, etc.²³

Tendo em conta as possibilidades para participarem no desenvolvimento económico do país, os portugueses foram capazes de instalar diferentes tipos de indústrias: a partir de pequenos ofícios artesanais e técnicos, criando pequenas oficinas de manufacturas de couros, de lácteos, empresas para engarrafar bebidas e fábricas de bebidas gasosas, de calçado, de alimentos e conservas, de elaboração de alimentos congelados, para embalar especiarias, além de terem desempenhado um papel importante na construção, nas fábricas de móveis e em carpintarias.

Os investimentos dos portugueses são considerados importantes na criação de postos de trabalho, de tal forma que estudos de sociologia atribuem ao venezuelano tipo uma representação social do português; o patrão lusitano é o imigrante que veio à Venezuela para dar trabalho aos venezuelanos. Afirmando a dedicação e a criação de emprego, diferentes governos venezuelanos, independentemente da tendência política, reconheceram esta capacidade de trabalho do português, de tal forma que em actos públicos fizeram algumas condecorações, que reforçam a crença popular.²⁴

No âmbito financeiro, desde meados do ano de 1950, os portugueses chamaram a atenção da banca de Caracas que resolveu apresentar em Português parte da sua campanha publicitária nos meios de comunicação social. Esse interesse não era somente nacional já que em 1958 a *Caracas Branch Office da Quebec Terra Investment Corporation*, publicou também em Português a sua campanha no semanário *Ecos de Portugal*, para investir em Saint Benoit, Montreal. A iniciativa financeira dos portugueses materializou-se na criação do *Banco Plaza* na Venezuela e do *Ocean Bank* na Flórida, Estados Unidos da América.

No plano social, a partir de 1952, começaram a criar associações e centros comunitários sendo o Centro Português de Caracas, fundado em 1958, em conjunto com a Federação de Centros Portugueses da Venezuela, as maiores organizações deste género. Desde há muitos anos as escolas desportivas criadas pelos portugueses têm

formado reconhecidos atletas: a *Escudería Portuguesa* no automobilismo nacional; a União Ciclista Portugal na volta ciclística da Venezuela e em vários eventos internacionais; as equipas *Deportivo Portugués* e *Club Sport Marítimo* com alguns recordes ainda imbatíveis dentro da *Liga Profesional de Fútbol Venezolano*, a qual ajudaram a fundar. Alguns outros prémios importantes foram alcançados nas modalidades de hóquei em patins, boxe, luta livre, halterofilia, atletismo, etc.

4º Período: A crise dos anos concludentes

O último período desta cronologia começa com a crise económica e energética de 1974 que originou no país uma grande entrada de dinheiro, “ambiciosos planos governamentais” e um novo auge da imigração proveniente, na sua maioria, da América Latina. Esta foi uma imigração política, económica, solidária, clandestina e incontrolada, de acordo com a procedência e situação dos que chegavam 25.

Os “Planos da Nação” não passaram da teoria devido à crise iniciada em 1977 e que se prolongou à década seguinte com dois acontecimentos muito significativos; o primeiro é o “*viernes negro*” (sexta-feira negra), expressão dada ao dia 18 de Fevereiro de 1983, dia em que a moeda venezuelana desvalorizou em relação ao dólar. O segundo é o “Caracazo” (27 de Fevereiro de 1989), dia em que o povo saiu à rua em protesto contra a crise económica. Estes eventos originaram uma partida de estrangeiros residentes, liderada por nacionais da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai e países do Caribe, maioritariamente) e da Europa (liderados por Espanha, Itália e Portugal) e inclusivamente também de venezuelanos, facto que continua ainda na actualidade. De acordo com a empresa de inquéritos Datanálisis, uma sondagem feita em Outubro de 2001 revela que 33,8% da população entrevistada sentia um desejo de emigrar. Estes mesmos acontecimentos mostraram claramente a saída de pessoas enormemente qualificadas.²⁶

Os censos venezuelanos atestam esta diminuição geral. No caso dos portugueses, de 24.752 indivíduos recenseados de 1981 a 1990 o número baixa para 14.800 no decénio de 1990 a 2001. Além das razões referidas, existem outros motivos para esta queda: a diminuição e a naturalização de portugueses de primeira geração, a nacionalidade venezuelana dos filhos, e preferência do português do continente pela Europa o que se repercute na falta de renovação vital da comunidade na Venezuela.

Numa análise do discurso da migração de portugueses na Venezuela, pode-se constatar que Portugal representa “o país do regresso definitivo” mas este regresso é “adiado”, na maioria dos casos, mas eles mantêm um movimento de ida e volta entre os dois países. Constata-se contudo, desde os anos 80, um aumento da intenção de regressar e de regressos efectivos dos portugueses, difíceis de medir nas estatísticas venezuelanas, dado que não se pode comprovar a verdadeira natureza da partida. Nas contagens em Portugal torna-se igualmente difícil de contabilizar uma vez que os “regressados” integram-se directamente na contagem da população nacional.

Pode-se inferir o regresso a Portugal pela presença de venezuelanos, ligando-os às gerações descendentes ou a familiares por afinidade de portugueses imigrantes. Assim, numa amostra bianual do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, constata-se um aumento entre os anos 2000-2002 (3.523 e 3.604 respectivamente), aumento este que é um prolongamento da subida registada desde 1980. Os dados correspondentes aos anos 2004, 2006 e 2008, mostram, pelo contrário, uma diminuição gradual (3.470, 3.256 e 2.364 indivíduos) que pode em parte ser explicada pela obtenção da nacionalidade portuguesa tal como mostram os valores de 2004: das 1.346 naturalizações, 301 eram de venezuelanos.²⁷ Esta visibilidade de luso-venezuelanos é notável no contexto social e motivou inclusive diversos estudos académicos. Do mesmo modo, tornou-se patente no contexto judicial, aparecendo como um dado excepcional para os registos desta nacionalidade nos censos portugueses.²⁸

Em resumo, este quarto período, que se estende desde o impacto económico do “*viernes negro*”, está marcado na Venezuela pelos seguintes factores: diminuição da comunidade presente no país, situação de crise socioeconómica generalizada e a intenção de voltar a emigrar. Em Portugal, pelo regresso efectivo e a realização do pedido de estatuto jurídico de permanência. Esta combinação de factores mantém-se e, como se pode verificar, só pode ser explicada num contexto binacional.

Conclusões

Fica claro que no caso dos portugueses é possível efectuar uma cronologia sobre o processo de imigração na Venezuela, sem a limitar ao período da chamada “imigração massiva” entre os anos 1945 e 1977. Esta ‘chamada’ permite pensar num período “não massivo” de chegadas, período este que poucas vezes é referido pela historiografia venezuelana, tendo em conta os casos que mostram o efectivo estabelecimento de comunidades imigrantes entre 1831 e 1945, um longo período de imigração na história da América.

A análise das razões desta imigração massiva, tardia para todo o historial da imigração em todo o continente, a constatação do fenómeno de chegadas isoladas durante o século XIX e a utilização da presente cronologia, podem servir de motivação para a realização de estudos ao nível académico para outras comunidades imigrantes.

Notas

- ¹ Sobre os portugueses, a única obra é de Acosta Saignes (1959).
- ² Archivo Central del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela (ACMRE), Archivo Antiguo (AA), *Cónsules y Vice-cónsules en Portugal, 1856-1911/ 1866-1900*, Vol. I, fs 1-9.
- ³ ACMRE, AA, *Correspondencia con cónsules en Portugal, 1888-1911*, Vol. II, f. 4, 47-50. Troconis de Veracochea, Ermila (1986), *El Proceso de la inmigración en Venezuela*, pp.210-211; Perazzo, Nicolás (1982-1983), *Historia de la inmigración en Venezuela*, pp.155-161.
- ⁴ ACMRE, AA, *Correspondencia con cónsules en Portugal, 1888-1911*, Vol. II, fs. 39, 128, 131-134, 67-68, 70; Vol. I, fs 160-161, 163-168 y 174-178; Vol. II, fs. 200, 228 y 204.
- ⁵ ACMRE, AA, *Correspondencia con cónsules en Portugal, 1888-1911*, Vol. II, fs. 191-192; "Correspondencia", no Archivo Histórico de Miraflores (AHM) (1969), Boletín de documentación del, Caracas, N° 61-63 (Julho-Dezembro), p.362.
- ⁶ ACMRE, AA, *Correspondencia con el Consulado de Venezuela en Lisboa*, Vol. V, Exp. 11, Cartas: Simón Planas Suárez al MRE; Lisboa, 2-2 a 11-3-1916.
- ⁷ ACMRE, AA, *Legación de Portugal, correspondencia*, Exps. 46-47, Cartas: Joaquim Travassos Valdes a Esteban Gil Borges, Caracas, 3 y 16-10-1919; Simón Planas Suárez a Esteban Gil Borges, Lisboa, 5-6-1919. Velásquez, Ramón J. (1979), *Confidencias imaginarias de Juan Vicente Gómez*, p.381.
- ⁸ Berglund, S. (1980), *The 'mushiúes' in Venezuela. Immigration goals and reality, 1936-1961*, p.24; Tejera París, E. (1987), "Inmigración: de panacea a dolencia", pp.341-343. Ver "Cronología de instrumentos legales sobre migraciones en Venezuela", em Area, Guanchez y Sainz (2001), pp.17-31; Frontado Plaza, María C. (1979), *La inmigración en Venezuela durante la dictadura de Juan Vicente Gómez, 1908-1935*.
- ⁹ D'Ascoli, Gustavo (1958), *La inmigración en Venezuela*, p.6. Instituto Técnico de Inmigración y Colonización (ITIC), *Memoria 1939*, p.10.
- ¹⁰ ACMRE, Dirección de Consulados (DC). *Cónsules y vice-cónsules de Portugal en Venezuela*, anos citados.
- ¹¹ "Pasajeros", em El Comercio, 13-3-1913, p.3.
- ¹² "Informe de José Ignacio Cárdenas a Juan Vicente Gómez, presidente de Venezuela, sobre artículo publicado en De Tijd. Amsterdam, 7-6-1924", em AHM (1971), Boletín de documentación, Caracas, N° 68 (Janeiro-Junho), p.252.
- ¹³ ACMRE, Dirección de Consulados y Contabilidad (DCC), Portugal, Caixa 85, Exps. 16, 8, 9 y 1; Ano 1931, Exp. 1; Ano 1934, Exp. 3 e ano 1935, Exp. 1.
- ¹⁴ Archivo del Cementerio General del Sur (ACGS), Libro de sepelios, Años 1899-1926.
- ¹⁵ Ferreira, Jo-Anne S. (1996), "Do Atlântico às Antilhas: o caso da Trinidad", pp.95 e seguintes.
- ¹⁶ ACMRE, Dirección General (DG), Países Bajos, (1929), Exp. 6, 'Consulta del Cónsul en Curazao acerca de precaución para evitar la entrada al país de individuos indeseables', Carta: Horacio E. Leiva a Itriago Chacín, Curazao, 10-1-1929; Países Bajos, Ano 1930, 'Situación de obreros venezolanos en Curazao', Carta: Curazao, 4-10-1930; Soest, Jaap van (1979), "El establecimiento de la Shell en Curazao en 1915", p.531.
- ¹⁷ Pellegrino, A. (1989), *Historia de la inmigración en Venezuela. Siglos XIX y XX*, p.185; ITIC, *Memoria 1940*, pp. 58-59; *Memoria 1939*, 11, 14, 67 e 19;
- ¹⁸ *Memoria dos anos 1939, 1940, 1945 e 1947; Memoria 1939*, pp. 15; *Memoria 1940*, p.179; *Memoria 1940*, p.59.
- ¹⁹ ITIC, *Memoria 1939*, pp.22, 15 e 19; *Memoria 1941*, p.2.
- ²⁰ Berglund, S. e Calimán H. (1985).
- ²¹ Até indicar em contrário, os parágrafos a seguir remetem para Abreu Xavier (2006).
- ²² Até indicar em contrário, os parágrafos a seguir remetem para Abreu Xavier (2007).
- ²³ Ver Abreu Xavier, A. (2004a).
- ²⁴ Hurtado, S. (2005).
- ²⁵ Berglund (2000).
- ²⁶ Ver Vega, I. (2003).
- ²⁷ Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Núcleo de Planeamento. *Relatório Estatístico Anual: 1999, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008*. "Portugal recebe menos imigrantes desde 2001!", *Jornal de Notícias*, 2-11-2006. Citado no Observatório da imigração, www.oi.acidi.gov.pt
- ²⁸ Ver: Soares Guedes, A. G. (2007). Ver no site do SEF (www.sef.pt) as "Notas à Comunicação Social" sobre os "venezolanos barrados" por apresentarem documentos "falsos, falsificados ou emitidos fraudulentamente". Em 2004, os 204 "venezolanos" barrados representaram a maioria das falsificações apreendidas nesse ano.

Referências bibliográficas

- Abreu Xavier, A. (2004a), "La Junta Patriótica Portuguesa", *Akademias*, n.º 6-1, Caracas: UCV, pp.35-59.
- Abreu Xavier, A. (2004b), "Santa Libertad. Actividad política de inmigrantes portugueses en Venezuela", *Tierra Firme*, nº 86 (Abril-Junho), Caracas: pp.253-266.
- Abreu Xavier, A. (2006), *La presencia portuguesa en Venezuela. Permanencia y cambio de una comunidad inmigrante, 1900-1974*, Tese de Doutoramento em História, Caracas: Univ. Central de Venezuela.
- Abreu Xavier, A. (2007), *Con Portugal en la maleta. Historias de vida de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*, Caracas: Edições Alfa.
- Acosta Saignes, M. (1959), *Historia de los Portugueses en Venezuela*, Caracas: Dirección de Cultura de la Universidad Central de Venezuela.
- Archivo Central del Ministerio de Relaciones Exteriores (ACMRE) (vários anos e secções),
- Archivo del Cementerio General del Sur de Caracas (ACGS) (vários anos), Libro de sepelios.
- Archivo Histórico de Miraflores (AHM) (vários anos), Boletín de documentación.
- Area, L., Guanchez, A. e Sainz, J. (2001), *Las migraciones internacionales en la legislación venezolana. Cronología y Documentación (1830-2000)*, Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, Ministerio de Relaciones Exteriores, Organización Internacional para las Migraciones.
- Berglund, S. (1980), *The «musiúes» in Venezuela. Immigration goals and reality, 1936-1961*, Ph.D. Thesis in History, Amherst: University of Massachusetts.
- Berglund, S. e Hernández, H. (1985), *Los de afuera: un estudio analítico del proceso migratorio en Venezuela*, Caracas: Centro de Estudios de Pastoral y Asistencia Migratoria.
- Berglund, S. (2000), "Inmigración", *Diccionario Multimedia de Historia de Venezuela-CD*, Caracas: Fundación Polar.
- D'Ascoli, G. (1958), *La inmigración en Venezuela*, Caracas: Tipografía Vargas
- Ferreira, J. S. (1996), "Do Atlântico às Antilhas: o caso da Trinidad", *Isleña*, n.º 19 (Junho-Dezembro), Funchal, pp.95-107.
- Frontado Plaza, M. C. (1979), *La inmigración en Venezuela durante la dictadura de Juan Vicente Gómez, 1908-1935*, Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales-Univ. Católica Andrés Bello.
- Hurtado Salazar, S. (2005), "La época de la emigración y el aprendizaje social del venezolano", in Fundación Francisco Herrera Luque, *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX*, Caracas: FFHL, pp.236-273.
- Instituto Técnico de Inmigración y Colonización (1939-1947), *Memorias*, Caracas: ITIC-Ministerio de Fomento.
- Jornal de Notícias (2-11-2006), "Portugal recebe menos imigrantes desde 2001!" [Disponível em: www.oi.acidi.gov.pt (data da consulta: 27/07/2009)].
- Machado Rivero, E. (1966), *Portugal y Venezuela*, Caracas: Italgráfica.
- Pellegrino, A. (1989), *Historia de la inmigración en Venezuela. Siglos XIX y XX*, Caracas: Academia Nacional de Ciencias Económicas.

- Perazzo, N. (1982–1983), *Historia de la inmigración en Venezuela*, Caracas: Congreso de la República, 2 Volumes.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (1999, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008), *Relatório Estatístico Anual*, Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009), “Notas à Comunicação Social”. (Disponível em www.sef.pt (data da consulta: 27/07/2009)).
- Soest, J. (1979), “El establecimiento de la Shell en Curazao en 1915”, in II Encuentro de historiadores latinoamericanos y del Caribe Março 1977, *Los estudios históricos en América Latina*, Caracas: Edições da FHE-UCV, volume II, pp.529-539.
- Soares Guedes, A. G. (2007), *A solidão nos imigrantes venezuelanos em Portugal*, Tese de Mestrado Integrado em Psicologia, Porto: Uniersidade do Porto,
- Tejera Paris, E. (1987), “Inmigración: de panacea a dolencia”, *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, n.º 278, Caracas, pp. 341-364.
- Troconis de Veracochea, E. (1986), *El proceso de la inmigración en Venezuela*, Caracas: Academia Nacional de la Historia.
- Vega, Iván de la (2003), “Emigración laboral en Venezuela: el caso de la ciencia y la tecnología”, *Interciencia*, vol. 28, n.º 5 (Maio), Caracas: pp.259-267.
- Velasquez, R. J. (1979), *Confidencias imaginarias de Juan Vicente Gómez*, Caracas: Edições Centauro.